

MAIS DE 130 MIL LITROS DE ÁGUA SÃO RETIRADOS DE NAVIO QUE CORRIA RISCO DE AFUNDAR NO PORTO DE SANTOS

Ícone da história da Oceanografia, navio Professor W. Besnard está inoperante no complexo portuário santista desde 2008

Egle Cisterna Da Redação 16.07.20 11h30



[https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.109655:1594904059/Navio-Professor-W.jpg?f=2x1&\\$p\\$f=528d111&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.109655:1594904059/Navio-Professor-W.jpg?f=2x1&pf=528d111&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

A embarcação é um ícone da história da Oceanografia (Foto: Santos Port Authority)

trabalho de mais de uma semana para a retirada de água de tomou conta da casa de máquinas, o navio oceanográfico Professor W. Besnard não corre mais risco imediato de afundar. Mas o seu destino ainda é incerto.

Depois de preocupar autoridades com a possibilidade de virar e contaminar o canal do Porto de Santos, e na sequência de um

A embarcação, que é ícone da história da Oceanografia, realizando a primeira expedição nacional oficial à Antártida, nos anos 1980, está inoperante no complexo portuário santista desde 2008, quando sofreu um incêndio.

No início do mês, numa vistoria feita pela Autoridade Portuária de Santos (APS) e pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama), constatou-se um adernamento (inclinação da embarcação para um dos lados) e o mau estado de conservação do navio.

A APS determinou ao Instituto do Mar (Imar), entidade proprietária da embarcação, a tomada de providências urgentes. Mas como o Imar alegou não ter recursos financeiros para a adoção das medidas necessárias, a entidade responsável pelo Porto realizou o serviço de emergência.

A operação de retirada da água da casa de máquinas do navio começou no início da semana passada e, de acordo com o Ibama, foram retirados do local 140 mil litros de água, que devem passar por um processo de purificação. Outros 3 mil litros de óleo devem ser removidos até hoje. A agente ambiental federal Ana Angélica Alabarce, chefe do Ibama em Santos, afirma que foram encontrados outros 16 recipientes com 50 mil litros de óleo a bordo.

“Tivemos que tomar providências. Se ele (o navio) tombasse, esse óleo poderia correr para o Canal do Porto e o impacto ambiental seria muito grande”, diz Ana Angélica.

O presidente do Instituto do Mar, a quem o navio pertence, Fernando Liberalli Simoni, descarta que houvesse qualquer risco do Besnard afundar.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 16/07/2020

COLLOR FALA SOBRE MODELO DE ADMINISTRAÇÃO PARA O PORTO DE SANTOS

A live foi transmitida ao vivo pelo Facebook e o ex-presidente conversou sobre impeachment, governo Bolsonaro e Plano Collor

Por Nathália de Alcantara 16.07.20 8h29

Discutir um modelo de administração levando em conta as opiniões dos governos Estadual e Federal, além da iniciativa privada e dos interessados nas questões portuárias. Esta é a solução para o pleno desenvolvimento do Porto de Santos, na avaliação é do senador e expresidente Fernando Collor de Mello (PROS-AL).

Ele participou, na tarde da última quarta-feira (15), do Tribuna sem Censura, em live no Facebook do Grupo Tribuna. O programa está disponível na rede social.

“Não é possível pensar num porto como o de Roterdã (na Holanda, o maior complexo marítimo da Europa) sem que todos esses componentes estejam colocados na posição correta. É preciso ter uma gestão moderna e atual, que dê produtividade e que não encareça o que é exportado”, avalia Collor.

A solução dessa situação, na visão do 32º presidente da história do Brasil, será um enorme ganho não apenas para a Baixada Santista ou o Estado, mas para todo o País.

“A dimensão é nacional, porque todos se valem direta ou indiretamente com o que acontece no Porto de Santos”.

Passado

Collor venceu as eleições presidenciais em 1989, as primeiras após o regime militar. Governou o País entre 1990 e 1992, quando renunciou ao cargo após uma série de denúncias de corrupção culminarem em um processo de impeachment. Sobre o assunto, ele assumiu que “o plano (Collor, com reformas econômicas e planos para estabilização da inflação) não alcançou seus objetivos, mas foi a única vez que se teve gastos menores do que a arrecadação”, diz o senador, que tem 70 anos.

Elogios e críticas

Collor ainda elogiou o jornal A Tribuna por ser um dos mais antigos do País e manter a circulação diária. Também fez críticas ao governo de Jair Bolsonaro (sem partido).

“Os conflitos criados por ele fazem com que a sociedade se divida, com pais e filhos brigando, amigos brigando. O presidente não pacifica, ele inflama os ânimos da sociedade. Um presidente tem a atribuição importante de ouvir as pessoas e não escolher para o seu lado aqueles que rezem pela sua cartilha, como num sistema de seita”.

O senador criticou a banalização do impeachment. “Isso deve ser usado em último caso, mas foi banalizado no Brasil. Se espirrou de modo errado ou deu um passo em falso, as pessoas já defendem que ele deve se afastar”

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 16/07/2020



PORTAL PORTO GENTE

WEBINAR DEBATE FISCALIZAÇÃO FEDERAL DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

Assessoria de Comunicação

Evento virtual reúne Fiesc, Faesc e Mapa e aborda padronização dos procedimentos para exportação e importação em Santa Catarina

A Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), a Unidade de Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro) do Ministério da Agricultura (Mapa) e a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc) promovem nesta quinta (16), às

10h30, Webinar para debater a harmonização e a padronização dos procedimentos operativos da fiscalização federal sobre os produtos agropecuários na exportação e importação.

O evento virtual será transmitido pelo canal do Youtube da Fiesc (www.youtube.com/fiescnet) e abordará os principais pontos para aprimorar a articulação institucional com o setor industrial. Serão detalhadas a emissão e a validade de certificados fitossanitários de exportação; inconformidades documentais em processos de importação de bebidas; requisitos sanitários de importação de produtos de origem animal; inconformidades documentais observadas na rotina diária de fiscalização e sua implicação no andamento/deferimento de processos.

A Webinar reunirá os dirigentes que representam os Sindicatos Rurais associados à Faesc, além de empresários das agroindústrias catarinenses. O evento será ministrado pela presidente da Câmara de Comércio Exterior da Fiesc, Maria Teresa Bustamante e pelo chefe da unidade da Vigiagro no Porto de Itajaí, Luiz Gustavo Balena Pinto.

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 16/07/2020

"NÃO PODEMOS PERDER A OPORTUNIDADE DE TIRAR LIÇÕES DA CRISE"

Assessoria de Comunicação

Economista Zeina Latif é a primeira convidada da série de lives organizada pela Abol - Associação Brasileira de Operadores Logísticos no mês de seu oitavo aniversário

No mês em que completa oito anos de atividade como entidade representante dos Operadores Logísticos, a Abol - Associação Brasileira de Operadores Logísticos programou uma série de lives exclusivas com personalidades dos setores logístico e da economia para debater ideias, ações e compartilhar boas práticas.



https://portogente.com.br/images/Zeina_Latif.jpg

Zeina Latif fez apresentação de cenário econômico do País em live da Abol. Crédito: Divulgação.

O primeiro encontro online teve como protagonista a mestre e doutora em economia pela Universidade de São Paulo (USP), Zeina Latif, que fez uma apresentação sobre o cenário econômico atual com a crise da Covid-19. Quem recebeu Zeina foi o diretor presidente e CEO da Abol, Cesar Meireles .

Na visão da economista, mesmo escancarando as fragilidades do país, a crise é uma oportunidade para rever as políticas públicas e a forma como o Estado intervém na economia. "Crescimento, geração de empregos, capacitação de mão de obra e distribuição de renda são temas que estão na ordem do dia. Existe muita gente séria trabalhando nessas questões e é nossa responsabilidade apoiar as medidas que vão sanear e melhorar a realidade pública, mesmo que afetem nosso bolso", disse, acrescentando: "É muito importante coesão na sociedade para enfrentarmos as dificuldades. Todos estamos sofrendo com a pandemia. Não podemos perder a oportunidade de refletir sobre o que está acontecendo. As ações exigem muito mais maturidade da nossa sociedade e da classe política", avaliou.

Para ela, o cenário no Brasil é grave, do ponto de vista da saúde e da economia, somando-se a este contexto o comprometimento da imagem do País no exterior. "Precisamos entender como chegamos a esta situação. Primeiro, é um equívoco achar que o governo daria conta de tantos problemas e evitar o "tsunami" que se instalou. Quando simplificamos as questões e nos limitamos a apontar erros do governo, perdemos a capacidade de refletir sobre as nossas mazelas e como devemos atuar. É importante ter isto em mente para o momento de discutir agendas futuras", disse.

Zeina acredita que um agravante é o fato de o estado brasileiro ter perdido a capacidade de fazer planejamento de ações, deixando de contar com diagnósticos mais claros que permitam estruturar políticas públicas melhor desenhadas. "Além disso, temos um orçamento muito rígido, não existe

um espaço amplo para a realização de gastos no Brasil; quase a totalidade do orçamento federal está comprometida com gastos obrigatórios. E já estamos muito 'mal na foto' quando olhamos para indicadores fiscais, para a dívida pública. Precisamos saber usar o gasto público com mais sabedoria. Saímos criando políticas públicas sem muita reflexão", opinou.

Além disso, dificuldades estruturais, como a informalidade, subtraem assertividade das ações propostas pelo governo. "Entender essa realidade é fundamental para poder desenhar políticas preventivas e punitivas e reduzir o impacto da informalidade na economia, que cria concorrência desleal e compromete a arrecadação". Ela admite, entretanto, que houve iniciativas importantes entre as medidas propostas pelo governo, com ações para injetar liquidez na economia, preservar o mercado de crédito e liberação de recursos para os mais vulneráveis, com os auxílios emergenciais.

Mercado de trabalho

A economista chamou a atenção para o comportamento do mercado de trabalho brasileiro durante a pandemia, que vem performando uma trajetória menos grave quando comparado com outros países na América do Sul, com políticas macroeconômicas nos mesmos pilares que o Brasil.

"Quando observamos os dados do mercado de trabalho com carteira assinada e analisamos março, abril e maio deste ano com o ano passado, percebemos que o número de demissões está no mesmo nível. O grande impacto recaiu sobre a informalidade. De qualquer forma, a taxa de desemprego, hoje em 12,9%, vai subir e não podemos descansar. O governo precisa ficar atento para não apenas dar socorro, mas incluir na agenda como qualificar a mão de obra para este novo mundo, cada vez mais digital, o que nos obrigará a rever urgentemente a política educacional. Não podemos perder a oportunidade de tirar lições da crise, de entendermos que este estado funciona e gasta mal; precisamos melhorar a gestão das políticas públicas e econômicas no Brasil", avaliou.

Para ela, o simples repasse de recursos é uma armadilha. "De nada adianta transferir recursos para um estado que gasta mal. Não vamos resolver o problema da má distribuição de renda e da pobreza simplesmente transferindo recursos. Devemos reestruturar essas agendas e criar um ambiente regulatório menos burocrático, mais favorável para investimentos e para o crescimento. Tivemos alguns avanços nos últimos anos, mas a crise evidenciou como ainda estamos atrasados. E a melhor forma de gerar um crescimento de fato sustentável e com inclusão social é reavaliar a intervenção do estado que hoje gera baixo potencial de crescimento".

"Vou citar um número para termos ideia da loucura que é o Brasil. A estimativa de especialistas é que o tal contencioso tributário no Brasil está na casa dos 73% do PIB, o que é inimaginável na experiência mundial, que deve ser na casa do 1%. Como as empresas vão se preparar para um mundo tecnologicamente mais avançado com esta carga tributária e com regras tão complexas e que podem aumentar a qualquer momento? Hoje temos um ambiente que penaliza o investimento", continuou.

Cesar Meireles encerrou o evento agradecendo a participação de Zenia Latif. O diretor presidente da ABOL destacou que a economista conseguiu apresentar um retrato nítido da atual situação econômica do País e enfatizou a importância da maturidade no planejamento das ações governamentais.

"O momento é muito delicado. Precisamos todos nos unir para buscarmos as ferramentas e plataformas efetivas para enfrentarmos os desafios. Sem o diálogo e o olhar maduro, não há como sairmos desta situação sem uma expansão das funções em todos os níveis. E isso converge para a própria característica do operador logístico, que é um integrador das atividades, que atua em todas as cadeias produtivas e em todas as atividades da cadeia logística de valor, o que equivale a dizer que os Operadores Logísticos estão presentes em todas as extensões da economia e ainda mais neste momento, qualificados como atividade essencial", finalizou Meireles.

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 16/07/2020

UM MINISTRO RASO PARA TRATAR DA AMAZÔNIA

Redação Portogente

Em vez de desperdiçarem as terras, convém estudar cuidadosamente as possibilidades de sua utilização e não querer a todo custo aplicar uma “receita” estereotipada que funcionou em condições particulares. (Jean Dorst)

O fato de nos últimos 40 anos a área plantada brasileira ter crescido 32%, enquanto a produtividade da agricultura aumentou 385%, como afirma o jornalista Nilson de Mello, em artigo no Portogente, sinaliza que não é passando a boiada, metáfora utilizada pelo anti-ministro ricardo salles para incentivar o desmatamento, que o Brasil vai se beneficiar da região Amazônica. Ao em vez disso, ameaça perder investimentos internacionais perto de US\$ 4 trilhões (mais de R\$ 20 trilhões).

Desde que assumiu o Ministério do Meio Ambiente, ricardo salles tem sido uma ameaça ao papel internacional da Amazônia. Visto que seu desembarço político, para chegar aonde chegou, tem sido insuficiente e incompatível para tratar com tema tão complexo e avançado. Diferente do conhecimento da região e equilíbrio do vice-presidente Hamilton Mourão, que assumiu o cargo de chefe do Conselho Nacional da Amazônia Legal, para distensionar a crise internacional gerada pelo desmatamento sem plano diretor.

Ao se falar da região amazônica na atualidade, quando inovação é essencial, trata-se de uma região que atende aos protocolos de uma economia sofisticada, com valores agregados intangíveis de alta demanda internacional. Sem com isso depreciar, pelo contrário, o papel de celeiro do mundo ao qual é chamado e bem desempenha o Brasil. Simbolicamente, o pré-sal está para o oceano assim como a Amazônia está para a floresta. Daí a relação acertada da iniciativa da Amazônia Azul. Um contexto coroado com a logística instalada para atender ao nascimento de um novo País, com o Arco Norte.

Portogente vem debatendo esse novo cenário, onde a Amazônia deve ser protagonista mundial de uma nova economia centrada no extrativismo em escala – manejado e processado tecnologicamente - e escoada por meio de uma logística produtiva. Esta área, com mais de 5 milhões de km², corresponde à soma de sete países, incluindo a Grã-Bretanha. Pelos portos do Arco Norte, integra a costa nacional e o novo Canal do Panamá para participar da logística aos mercados do Leste Asiático ou da Costa Oeste americana. Este é o projeto em curso, para o qual não tem dimensão o atual anti-ministro do Meio Ambiente.

O tão rigoroso novo normal que bate à porta, pelas mudanças de paradigma, tem no cenário da Amazônia um forte gerador de novas oportunidades. Ao assumir a direção do polêmico projeto Amazônico, o vice-presidente Hamilton Mourão assegura que brademos a expressão bem ao seu gosto: sustenta o fogo que a vitória é certa!

Nesse cenário, a pequenez de quem confunde sustentabilidade, respeito, economia, meio ambiente e humanos com mera boiada deve ser colocado no seu devido lugar: fora.

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 16/07/2020

ISTOÉ **Dinheiro**

ISTOÉ - DINHEIRO

SISTEMA TRIBUTÁRIO ATUAL TRAVA O CRESCIMENTO DA ECONOMIA DO PAÍS, DIZ MAIA

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), ressaltou nesta quinta-feira, 16, que o sistema tributário atual trava o crescimento do País e, por isso, é “urgente e necessária” uma reforma. O presidente da Casa participou nesta quinta de debate sobre o assunto conduzido pela comissão especial da Câmara.

Maia citou que o País tem no teto de gastos um “grande limitador”. Segundo ele, mesmo que haja receita, não há espaço para ampliar o gasto público no próximo ano. Por esse motivo, ele considera a reforma tributária a mais importante de todas as mudanças estruturais, apesar de não ser algo simples, segundo ele.

“Se nós acreditarmos, faremos a reforma tributária que o Brasil precisa”, disse Maia.

Ele ressaltou que uma simplificação do sistema tributário poderá atrair mais investimentos estrangeiros e será fundamental para retomada da economia no pós-pandemia. “Sabemos que os empregos estão sendo perdidos e esse é o melhor caminho”, opinou. “Temos pouco para estar feliz com tantas vidas e empregos perdidos por conta da pandemia. Mas fico feliz que estamos retomando esse debate”, declarou.

Apesar de tomar a frente do debate, Maia sinalizou que espera a colaboração do Senado e do governo para a construção da reforma. “Quero desejar sorte. Torcer para que o Senado venha junto conosco. Aqui não é uma questão de forçar, pressionar. A nossa pressão não é nossa, a pressão é da sociedade em relação ao parlamento”, afirmou.

Reforma administrativa

Maia voltou a defender nesta quinta a necessidade de realizar uma reforma administrativa para tratar da qualidade do gasto público. “Temos que fazer reforma que valorize o servidor público que produziu e trabalhou melhor porque não vamos ter espaço para aumentar o tamanho do Estado brasileiro”, disse.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 16/07/2020

CÂMARA, SENADO E GOVERNO DEVEM TRABALHAR PARA MELHORAR TEXTO, DIZ BALEIA ROSSI

O deputado Baleia Rossi (MDB-SP) defendeu nesta quinta-feira, 16, a cooperação entre o Legislativo e o governo para a aprovação da reforma tributária. Em debate da comissão especial da Câmara que analisa a reforma, Baleia destacou que Câmara, Senado e governo federal podem juntos melhorar o texto.

Baleia é autor de uma das propostas sobre a mudança do sistema tributário, a PEC 45.

No Senado, tramita ainda uma outra sugestão de reforma, a PEC 110. Há ainda a expectativa de que o governo envie sua própria sugestão.

O deputado enxerga na reforma uma alternativa para recuperar o crescimento do País após a crise da covid-19.

Ele citou que economistas estimam que 18 milhões de brasileiros estarão desempregados no fim da pandemia do novo coronavírus. “Se a reforma tributária era importante antes da pandemia, agora é vital”, afirmou.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 16/07/2020

SALLES PEDE R\$ 230 MI PARA MANTER AÇÕES NA AMAZÔNIA APÓS JULHO

No momento em que o governo Jair Bolsonaro é pressionado por investidores para reagir a queimadas e ao desmatamento na Amazônia, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, pede reforço de R\$ 230 milhões para não travar, a partir de agosto, ações de preservação na região.

Em ofício enviado em 29 de junho ao ministro da Economia, Paulo Guedes, obtido pelo Estadão, Salles afirma que, sem o dinheiro, o governo ficará exposto no período em que mais necessita de força para executar ações de prevenção nas florestas.

O pedido do Meio Ambiente será avaliado neste mês pela Junta de Execução Orçamentária (JEO), que reúne Guedes, o ministro da Casa Civil, Braga Netto, e técnicos do governo que lidam com Orçamento. A Economia não informou quando será feita a reunião.

“Essa situação, a falta de limite de pagamento, exporá este Ministério durante o período de maior incidência de queimadas, especialmente na região da Amazônia Legal, que vai dos meses de agosto a outubro, ou seja, na fase que demanda uma maior necessidade de financeiro para operacionalizar as ações de prevenção e combate aos incêndios florestais”, disse Salles a Guedes.

O ministro do Meio Ambiente afirma que está com as contas “comprometidas” por repasse de R\$ 230 milhões feito aos nove Estados da Amazônia Legal, em janeiro, após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). O recurso tinha como origem o fundo da Lava Jato.

Coordenador do Conselho da Amazônia e da Operação Verde Brasil 2, o vice-presidente Hamilton Mourão (PRTB) tem liderado reuniões com investidores e membros do governo para mostrar reação a preocupações sobre o meio ambiente

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 16/07/2020



EXTRA ONLINE

REFINARIAS NA CHINA TÊM PRODUÇÃO RECORDE EM JUNHO COM RECUPERAÇÃO NA DEMANDA

Por Muyu Xu e Chen Aizhu

PEQUIM/CINGAPURA (Reuters) - O processamento diário de petróleo por refinarias na China em junho cresceu 9% na comparação com mesmo mês do ano anterior, tocando o maior nível já registrado, à medida que refinarias elevaram atividades em meio a boas margens e a uma recuperação na demanda por gasolina e diesel.

A China processou 57,87 milhões de toneladas de petróleo no mês passado, segundo dados do Escritório Nacional de Estatísticas nesta quinta-feira, o equivalente a cerca de 14,08 milhões de barris por dia (bpd). Isso ficou acima dos 13,68 milhões de bpd em maio e superou um recorde anterior de dezembro passado.

No primeiro semestre, o processamento totalizou 319,09 milhões de toneladas, o equivalente a cerca de 12,8 milhões de bpd, alta de 0,6% ante mesmo período do ano passado.

As refinarias aumentaram o processamento no segundo trimestre, com um início de recuperação na demanda doméstica por combustíveis, após fortes cortes de produção em fevereiro e março, quando a epidemia de coronavírus teve seu pico na China.

"O processamento das refinarias foi elevado em junho porque tanto as refinarias estatais quanto as independentes maximizaram as taxas de utilização para capitalizar as boas margens", disse o consultor Chen Jiyao, da FGE, antes da divulgação dos números.

Os dados oficiais também mostraram que a produção de petróleo da China avançou 0,7% em junho na comparação anual, para 3,95 milhões de bpd. Entre janeiro e junho, a alta foi de 1,7% na comparação anual.

A produção de gás natural avançou 11,3% ano a ano e acumulava incremento de 10,3% no primeiro semestre.

Fonte : Extra Online

Data : 16/07/2020

MP 927: SENADO NÃO VOTA PROJETO QUE FLEXIBILIZA LEI TRABALHISTA E MEDIDA VAI PERDER VALIDADE

Por Gabriel Shinohara

A equipe econômica já trabalha com a possibilidade de a MP caducar

BRASÍLIA — O presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (DEM-AP), disse que vai deixar a Medida Provisória (MP) 927 caducar. O projeto flexibiliza leis trabalhistas, adia depósitos do FGTS e vence no próximo dia 19. O governo garante que acordos já fechados continuarão valendo.

— Vou retirar ela de pauta, nós não vamos deliberar ela hoje, nem amanhã. Portanto ela vai caducar no domingo, dia 19.

Alcolumbre disse que não houve um entendimento entre os senadores que tornasse a votação possível.

Confira também: Governo publica decreto que prorroga suspensão temporária de contrato e redução de jornada e salário

— Essa MP veio com muitos problemas, teve mais de 1000 emendas na comissão. O que se desejava da sua eficácia imediata da sua edição se transformou em um problema, em relação aos direitos trabalhistas, então concretamente isso dificultou muito e vem dificultando ao longo dos últimos dias o debate e a votação dessa matéria.

O projeto entrou na pauta dos senadores na semana passada, mas não foi votado. Na ocasião, os senadores também concordaram que não havia consenso sobre o tema.

Leia mais: Prorrogação de suspensão de contrato e redução de salário vai exigir novo acordo e comunicação ao governo

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), disse que se o projeto não foi votado é porque houve “falta de argumento” por parte da liderança do governo para convencer os senadores.

— Tem determinados assuntos que independentemente da nossa vontade, eles terminam caminhando e criando consensos e entendimentos que a gente às vezes não consegue ultrapassar. Eu percebi desde a semana passada quando foi solicitado um prazo maior de que seria muito difícil a gente alcançar um clima que pudesse permitir a deliberação desta MP.

Editada em 22 de março, a MP permite às empresas negociarem diretamente com os trabalhadores, sem a intermediação sindical, acordos sobre home office, antecipação de férias, feriados, banco de horas, além da dispensa de exames médicos ocupacionais. A proposta já tinha passado pela Câmara dos Deputados, mas travou no Senado.

Algumas mudanças feitas pelo relator, senador Irajá (PSD-TO), desagradaram a equipe econômica, como a ampliação da suspensão do recolhimento do FGTS e da Previdência Social de três meses para o ano todo.

Fonte : Extra Online

Data : 16/07/2020

GUEDES QUER CRIAR UM IMPOSTO NO ESTILO DA ANTIGA CPMF DURANTE REFORMA TRIBUTÁRIA

Por Manoel Ventura

O ministro da Economia, Paulo Guedes, vai incluir a criação de um imposto sobre transações financeiras na proposta de reforma tributária que deve ser encaminhada ao Congresso até o fim do mês. Tributaristas afirmam que a depender da abrangência do tributo, o governo vai lançar versão moderna da CPMF, o velho imposto do cheque.



https://extra.globo.com/incoming/24534735-2ee-e70/w640h360-PROP/xx88656094_pabrasilia-30-06-2020-auxilio-emergencialcerimoniacerimonia-de-pro.jpg.pagespeed.ic.zOfKbb9blt.jpg

O ministro da Economia, Paulo Guedes, cai incluir ideia na proposta de reforma tributária Foto: Arquivo

O ministro da Economia, Paulo Guedes, vai incluir a criação de um imposto sobre transações financeiras na proposta de reforma tributária que deve ser encaminhada ao

Congresso até o fim do mês. Tributaristas afirmam que a depender da abrangência do tributo, o governo vai lançar versão moderna da CPMF, o velho imposto do cheque.

A abrangência do novo imposto é um dos elementos que ainda não foram fechados pela equipe econômica. O plano de Guedes é atingir toda a base da economia digital e do comércio eletrônico. E pode incluir também transações financeiras feitas exclusivamente pela internet e pagamento de boletos.

Integrantes da equipe de Guedes também querem alcançar o sistema financeiro, tributando transações na Bolsa de Valores e operações com Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs), que representam os empréstimos feitos entre os bancos.

A alíquota do imposto está sendo calculada e deve ficar entre 0,2% e 0,4% sobre cada transação. A ideia não é nova, mas foi abandonada por Guedes no ano passado, quando o presidente Jair Bolsonaro rejeitou propostas de impostos similares à antiga CPMF. Agora, Guedes quer retomar o plano para reduzir os impostos sobre a folha de pagamento das empresas.

Fonte : Extra Online

Data : 16/07/2020



JORNAL O GLOBO – RJ

MAIA BAIXA O TOM E PEDE QUE BOLSONARO ENVIE PROPOSTA DE REFORMA TRIBUTÁRIA AO CONGRESSO

Câmara retomou debate sobre o tema nesta quinta. Na semana, presidente da Casa disse que retomaria discussão 'independentemente' do projeto do Executivo

Por Geralda Doca



<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24530836-272-f76/FT1086A/652/xmaia.jpg.pagespeed.ic.gfb-OMVrJA.jpg>

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia: 'Não queremos aprovar a reforma da Câmara, queremos aprovar a reforma do Congresso Nacional junto com o governo federal' Foto: Agência Câmara

BRASÍLIA — Apesar das divergências em torno da reforma tributária, a comissão especial da Câmara dos Deputados retomou nesta quinta-feira os trabalhos para discutir o tema. Ao participar da abertura da sessão, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), fez um discurso ameno e pediu para o governo federal enviar a sua proposta o mais rápido possível.

Acenando uma mudança de postura, Maia disse que conversou com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e com o ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre a questão:

— Conversei com o presidente Davi e pedi a ele para refletir sobre a importância para que a gente possa retomar o debate na comissão mista. Não queremos aprovar a reforma da Câmara, queremos aprovar a reforma do Congresso Nacional junto com o governo federal. Espero que o ministro Paulo Guedes e o presidente Bolsonaro encaminhem a proposta o mais rápido possível. Estamos prontos para agregar (a proposta) ao nosso debate, para que todos possam participar — disse Maia.

Na semana passada, Maia disse que retomaria os debates “independentemente” da proposta do governo ou da participação do Senado. Ele também disse que não vinha conversando com Guedes e que isso não fazia a menor diferença.

Ontem, durante sessão do Senado, Alcolumbre disse que, se a Câmara votasse uma reforma tributária própria, o Senado não iria aprovar.

— Se Câmara não estiver alinhada com Senado e governo, não sai reforma — afirmou Alcolumbre.

A Câmara e o Senado têm visões distintas sobre a reforma tributária, embora ambos defendam mudanças mais amplas que envolvam União, estados e municípios.

O governo federal busca apoio dos senadores para aprovar uma minirreforma, unificando impostos federais e desonerando a folha de salários para as empresas em troca de um imposto sobre pagamentos eletrônicos.

Maia, que já afirmou que não vota um imposto semelhante à CPMF, evitou comentar a criação desse novo imposto, confirmado, ontem, por Guedes, mas destacou que a carga tributária já é elevada.

Segundo ele, a reforma tributária é o melhor caminho para fazer o país voltar a crescer e gerar empregos, diante da herança do aumento dos gastos para enfrentar pandemia do novo coronavírus em um orçamento já consumido por despesas obrigatórias e com o teto para o gasto público.

— Não podemos esquecer que nós aprovamos uma emenda constitucional da guerra que isola muitas leis e dá muita flexibilidade para o governo ampliar gastos no curto prazo. Mas, a partir de 1º de janeiro, a nossa realidade é outra. Teremos um orçamento que é consumido quase todo por despesas obrigatórias, existe pouco espaço para investimento.

Maia acrescentou:

— Não temos espaço para ampliar em R\$ 50 bilhões, R\$ 60 bilhões o gasto público federal no próximo ano, mesmo que a gente tenha receitas. Faço parte daqueles que entendem que não há nenhuma condição de revisitarmos o debate do limite de gastos do governo federal, até porque os entes federados já tiram muito dinheiro da sociedade e não devolvem na qualidade que a sociedade espera.

Maia destacou que o sistema tributário brasileiro segura o crescimento econômico, gera litígios tributários, além de ser complexo e exigir das empresas custo elevado com a administração de impostos.

Fonte : Jornal O Globo - RJ

Data : 16/07/2020

‘VIÉS DE MELHORA NA ECONOMIA FICOU MAIS CLARO’, DIZ PRESIDENTE DO BC

Previsão de queda de 6,4% pode vir melhor; governo deve editar uma medida provisória para direcionar crédito para pequenas empresas ainda nesta quinta



https://ogimgq.infoglobo.com.br/economia/24490871-0d7-71c/FT1086A/652/x82693007_BSBBrasiliaBrasil16-05-2019Roberto-Campos-Neto-presidente-do-Banco-Central.jpg.pagespeed.ic.U46EmCsH Kl.jpg

Campos Neto ressaltou o risco fiscal para o país Foto: Jorge William / Agência O Globo

nas últimas duas semanas. Campos Neto afirmou que a atividade econômica pode vir melhor do que a previsão do BC de queda de 6,4% para 2020.

— Nos parecia que apesar de ter um número de 6,4%, existia uma viés de melhora, e acho que nas últimas duas semanas esse viés ficou mais claro. Tem um começo de recuperação em V e depois a pergunta é o quanto suave vai ser a segunda parte dessa recuperação.

A recuperação em “V” citada por Campos Neto é como se vê a atividade econômica em um gráfico. O primeiro traço é uma queda vertiginosa, seguida de uma recuperação igualmente intensa. O presidente do BC acredita que o Brasil não terá um “V” completo.

— Nós não acreditamos que vai ser um V completo. Hoje a China dá pra dizer que está perto de ter um V completo. Até nos Estados Unidos acho que está difícil dizer isso, a evidência mostra que alguns dados como consumo está subindo em V, mas outras nem tanto.

Campos Neto explicou que estatísticas que estão divulgadas, como de tráfego, arrecadação e consumo de energia apontam para uma recuperação melhor. O presidente do BC ressaltou o cuidado com os gastos do governo, que não devem ser permanentes.

— Estamos otimistas com a recuperação. Entendemos que muito precisa ser feito, não podemos descuidar do fiscal. O fiscal é super importante, na conversa que temos com grande parte dos investidores, a questão que sempre predomina seria bom mostrar o quanto antes que você teve um desvio do seu caminho de convergência fiscal e todo mundo entende o desvio e tinha que ser feito dessa forma mesmo, mas precisa explicar depois que vai ter uma convergência lá na frente.

O presidente do BC relatou que nas conversa que ele tem com investidores internacionais, as principais questões são sobre a questão fiscal e de como o Brasil vai lidar com os “invisíveis” que foram descobertos com a política de auxílio emergencial, quais serão os programas de auxílio para essa população.

— Uma preocupação que eu tenho. Eu vejo um facilidade se organizar para gerar programas fiscais e programas de incentivos, mas acho que a saída não vai ser tão organizada, a saída vai ser mais briga, da vai gerar uma vontade do executivo de diminuir, em geral, não só do Brasil, e dos políticos de continuar, Acho que a saída é mais difícil do que a entrada.

Crédito

O presidente do BC disse que deve publicar ainda nesta quinta-feira uma Medida Provisória (MP) com quatro novas medidas de liberação de crédito para pequenas e médias empresas.

— Entendemos que é uma medida que é um alcance bom, que tem um componente de baratear o custo de capital dos bancos.

Campos Neto disse que o crédito para pequenas e médias empresas não chegou da maneira como o Banco Central queria. Ele afirmou que o Pronampe está com desempenho “super bom”, mas está longe do que precisa ser feito e por isso o governo vai lançar as novas medidas.

Fonte : Jornal O Globo - RJ

Data : 16/07/2020

‘NÃO HÁ CHANCE DE O CONGRESSO DERRUBAR A DESONERAÇÃO’, DIZ SIMONE TEBET

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado contesta alegação do governo de que prorrogação é inconstitucional

Por Geralda Doca



https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24120342-a67-ba3/FT1086A/652/x85887630_BSBBrasiliaBrasil26-11-2019Reuniao-na-residencia-oficial-do-presidente-do-S.jpg.pagespeed.ic.zyLvQW3LhO.jpg

Simone Tebet, presidente da CCJ no Senado, contesta argumento do governo de que a prorrogação da desoneração da folha é inconstitucional Foto: Jorge William / Agência O Globo

BRASÍLIA - A presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Simone Tebet (MDB-MS), contesta os argumentos do governo de que a prorrogação da desoneração da folha de 17 setores que são grandes empregadores é inconstitucional e foi vedada pela reforma da Previdência.

Um parecer da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados divulgado na quarta-feira afirma que a prorrogação da desoneração é constitucional.

Além disso, segundo a Mesa Diretora, a medida não está em desacordo com a reforma pois ela apenas impede que novos benefícios sejam criados. Mas o que está em discussão é a prorrogação de medida criada pela regra anterior, portanto, considerada constitucional.

Segundo a senadora, a equipe econômica precisa explicar os motivos do veto. Se a minirreforma tributária incluir a ampliação da desoneração a todos os setores, mas tributar a classe média e os mais humildes para custear essa mudança, ela não passa. Neste cenário, ela disse que o Congresso vai derrubar o veto à desoneração.

A reforma da Previdência impede a prorrogação da desoneração, como afirma o governo?

Não acho que a reforma da Previdência faça algum tipo de restrição à prorrogação dos atuais incentivos. O que fizemos foi ampliar o prazo da desoneração para setores já contemplados e não incluir novos.

E o argumento de que a medida é inconstitucional e fere a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) por não apontar a fonte de custeio?

Isso não faz sentido porque o Congresso aprovou a PEC do Orçamento de Guerra. Tudo o que for relacionado à crise tem orçamento separado. O Congresso foi cuidadoso e não tornou a desoneração perene, nem ampliou por dois, três, cinco anos, apenas por mais um. A prorrogação da desoneração é fundamental para garantir o emprego e a renda no país.

A equipe econômica não poderia manter o benefício e ao mesmo tempo encaminhar a minirreforma tributária?

Não. Ela perderia a oportunidade de, já em 2021, tributar e elevar a arrecadação. Eles precisavam ganhar tempo para construir a saída para a desoneração.

Como fica o impasse?

Não podemos fechar as portas à equipe econômica em nenhum governo. Então vamos receber a proposta de reforma tributária, analisar e dizer o que achamos. Ela tem que ter como princípio básico a justiça tributária.

O governo consegue aprovar a reforma até o fim do ano, quando acaba a desoneração?

A Câmara e o Senado têm visões distintas. Enquanto a Câmara quer aprovar uma reforma de qualquer jeito em 90 dias, um grupo de senadores avalia que o ideal é fazer uma minirreforma, unificando impostos federais, desburocratizando e desonerando. Uma reforma ampla não passa nem em tempos normais.

Acredita em acordo?

Temos conversado com o ministro Paulo Guedes e dito a ele que um imposto nos moldes da CPMF não passa. Ele já mudou de ideia e está propondo um imposto sobre transações eletrônicas, que é diferente. Precisamos ver como virá. Se for tributar a classe média e os mais humildes, não passa. Tem que ser proposta razoável e equilibrada e que pegue quem tem patrimônio e não é tributado.

Qual é a melhor saída?

A melhor saída é a equipe ser transparente, explicar a verdadeira razão do veto e qual é o seu objetivo. O ministro Paulo Guedes já vem conversando com as presidências da Câmara e do Senado, está dialogando, tanto que esse veto não vai entrar na próxima sessão do Congresso.

E se não for possível aprovar a reforma neste ano?

Se não for possível aprovar a minirreforma neste ano, o veto à desoneração será derrubado pelo Congresso. Não há a menor chance de o Congresso acabar com a desoneração.

Fonte : Jornal O Globo - RJ

Data : 16/07/2020

ALCOLUMBRE DIZ QUE PODE DERRUBAR VETO DE BOLSONARO AO MARCO REGULATÓRIO DO SANEAMENTO

Parlamentares avaliam que decisão do presidente de impedir renovação de contratos com empresas públicas por mais 30 anos é quebra de acordo. Para especialistas, mudança é positiva e estimula investimentos

Por Gabriel Shinohara e e Manoel Ventura



https://ogimg.infoglobo.com.br/economia/24524672-97b-278/FT1086A/652/x88656038_PABrasilia-30-06-2020-Auxilio-EmergencialCerimoniaCerimonia-de-Prorrogaao-do-Auxi-1.jpg.pagespeed.ic.HMQdugBGvp.jpg

Alcolumbre: "Não pode fazer o entendimento e não cumprir o entendimento" Foto: Pablo Jacob / Agência O Globo

BRASÍLIA - A decisão do presidente Jair Bolsonaro de impedir que os contratos com empresas públicas de saneamento sejam prorrogados por mais 30 anos surpreendeu parlamentares e foi interpretada como uma quebra de acordo. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), afirmou ontem que "compromissos são feitos para serem cumpridos" e indicou que pode apoiar a derrubada de um dos 11 vetos ao novo marco regulatório do saneamento. Em compensação, a mudança agrada ao setor privado, ao mercado e a especialistas por estimular a atração de investimentos no curto prazo e permitir que as mudanças no marco legal sejam disseminadas mais rapidamente no país.

— Não pode fazer o entendimento e não cumprir o entendimento. Quero dizer para todos os parlamentares que, se, infelizmente, por parte do governo não houve a eficácia do entendimento, houve um lapso por parte do Executivo, que eu reputo que não é certo, a gente tem como corrigir na sessão do Congresso Nacional e dar resposta do que foi construído no plenário do Congresso Nacional — disse Alcolumbre.

O texto aprovado no Congresso permitia que as empresas renovassem seus contratos por mais 30 anos desde que isso ocorresse até março de 2022. Para isso, era preciso haver um acordo com a prefeitura responsável pelo contrato, mas geralmente essas empresas são estatais ligadas aos governos locais. O artigo foi inserido durante a discussão do novo marco na Câmara para vencer a forte resistência das bancadas, principalmente no Nordeste, além de angariar alguns votos no Senado. Mas na prática, postergava qualquer chance real de competição em várias localidades do país.

Tasso Jereissati (PSDB-CE), relator do texto no Senado, disse que o governo deu um “tiro no pé” :

— Fiquei surpreso. Um projeto que estava sendo aplaudido por grande parte da sociedade vai virar uma polêmica sem sentido.

‘Relação fragilizada’

O deputado Geninho Zuliani (DEM-SP), que foi o relator do projeto na Casa, também viu na mudança um novo entrave:

— Em muitos estados brasileiros, as empresas estatais prestam serviços sem contrato ou com um contrato não legítimo, feito há 20 anos, e isso (o veto) vai criar problemas para essas estatais que não tiveram eficiência de produzir um contrato.

O senador Otto Alencar (PSD-BA) foi o primeiro a reclamar de uma quebra de acordo. O líder do PSD no Senado disse que o veto ao artigo que autorizava a prorrogação dos atuais contratos vai fragilizar as relações do governo com o Senado. Segundo ele, esse trecho foi negociado com os senadores que apoiam as pautas do governo, como Jereissati e Antonio Anastasia (PSDB-MG), além dele próprio:

— Houve uma quebra de acordo, e isso vai fragilizar a relação do governo no Senado.

O Congresso pode derrubar um veto presidencial em sessão conjunta do Senado e da Câmara por maioria absoluta.

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), negou que tenha havido quebra de acordo. Segundo ele, três vetos foram negociados com parlamentares.

— Os entendimentos foram mantidos pela sanção do presidente. O que ocorreu, e eu respeito as manifestações contrárias, é que o texto que veio da Câmara foi submetido à sanção, e no texto dez novos dispositivos foram submetidos ao veto do presidente. É importante ressaltar que, desses dez artigos, apenas três ou quatro são de mérito em relação ao marco legal do saneamento.

Jereissati confirmou que, em conversa com o ministro de Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, abriu mão de dois últimos vetos com o entendimento de que os artigos poderiam ser melhorados quando fosse feito o regulamento.

Fonte : Jornal O Globo - RJ

Data : 16/07/2020

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

LIQUIDEZ PODE FACILITAR SUCESSO DE BOND INCOMUM E DE MAIS DE US\$ 1 BI DA BRASKEM

Por Cynthia Declodt

Com uma alavancagem elevada, o balanço impactado pela pandemia e um enorme passivo ambiental em Alagoas, a petroquímica Braskem chega ao mercado internacional com a intenção de levantar até US\$ 1,5 bilhão em títulos de dívida (bonds), usando uma estratégia pouco comum aos emissores brasileiros. Chamados de híbridos, os títulos que a empresa quer vender lá fora têm características que remetem a uma ação. Ou seja: pouca proteção ao investidor e ficam por último na fila pagamento, caso a empresa sofra alguma pane financeira. Apesar da difícil história da Braskem – que além de tudo é o pilar do plano de recuperação judicial da Odebrecht -, a farta liquidez dos mercados deve facilitar a digestão da oferta pelos investidores, especialmente porque, provavelmente, virá com um prêmio atraente. As conversas não são fáceis de toda a forma, tanto que a companhia já deixou para a semana que vem o anúncio ao mercado da operação, que era previsto para hoje.

Fatura. Todas as companhias que acessaram o mercado de dívida no exterior desde meados de maio tiveram grande sucesso. Os livros de ordens das operações de bonds feitas no pós-pandemia têm sido preenchidos com volumes que superam, na média, quatro vezes o que as empresas levantaram. Para alguns nomes, como Petrobras, a demanda chegou a cinco vezes. Com este grau de interesse, puxado pelo juro zero no mundo, os emissores têm conseguido o feito inédito de captar a custo semelhante ao praticado antes da pandemia, apesar das várias incertezas que ainda cercam o mundo à respeito dos desdobramentos do covid-19.

Pedágio. No caso da Braskem, o mais provável é que os investidores exijam um pedágio para colocar o papel na carteira, dada as características dos bonds e dos riscos implícitos da empresa. Uma ideia comentada no mercado é de que a taxa de remuneração fique em torno dos 7,5%, considerando um horizonte de cinco anos, já que, embora o bond seja perpétuo, existe no contrato do bond a opção de recompra dos papéis pela companhia no quinto ano.

Arriscado. Na estrutura dos bonds propostos pela Braskem, o juro a ser pago deixa de ser fixo após cinco anos e ainda o emissor poderá optar por postergar o pagamento de juro dos papéis, que ficarão sendo acumulados nessa hipótese. Também, o bond não têm cláusulas de compromissos financeiros ou operacionais, os chamados covenants e que são comuns nos bonds. Essas cláusulas asseguram os investidores a possibilidade de cobrança dessa dívida se algumas dessas cláusulas forem descumpridas. Procurada, a Braskem não comentou.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 16/07/2020

MAIA PROPÕE RETOMADA DA COMISSÃO MISTA COM O SENADO PARA REFORMA TRIBUTÁRIA

Nos últimos dias, o presidente da Câmara assumiu a retomada da discussão da reforma na Câmara, mesmo sem uma sinalização dos senadores e do governo

Por Emilly Behnke, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou nesta quinta-feira, 16, que espera a participação do Senado e do governo federal na discussão da reforma tributária. O deputado pediu o envio o "mais rápido possível" da proposta do governo e, em tom apaziguador, disse querer aprovar uma reforma do Congresso, e não só da Câmara.

Nos últimos dias, Maia assumiu a retomada da discussão da reforma na Câmara, mesmo sem uma sinalização dos senadores e do governo. A iniciativa, contudo, não agradou o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), que chegou a dizer na quarta-feira, 15, que barraria a tramitação da reforma no Senado, se não houvesse a participação dos senadores e governo na construção do texto.

"Ontem (quarta-feira, 15) conversei com o presidente Davi (Alcolumbre), pedi a ele para refletir a importância para que a gente possa retomar o debate da comissão mista. Não queremos aprovar a reforma da Câmara, queremos aprovar a reforma do Congresso Nacional, junto com o governo federal", disse Maia.

Maia aposta na aprovação da reforma até agosto e hoje mostrou seu comprometimento com tema ao participar de debate da comissão que analisa a PEC 45, na Câmara. Ele considerou a reforma como a mais importante para o País no momento pós-pandemia e, por isso, pediu celeridade no debate.

"Espero que o ministro Paulo Guedes (da Economia) e o presidente (Jair) Bolsonaro encaminhem a proposta do governo o mais rápido possível, nós estamos prontos para agregar no nosso debate para que todos possam participar", declarou.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 16/07/2020

CONFIANÇA DO COMÉRCIO REAGE PELA PRIMEIRA VEZ DESDE INÍCIO DA PANDEMIA

Por Daniela Amorim

Os comerciantes brasileiros melhoraram de ânimo em julho pela primeira vez desde a chegada da pandemia. O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) cresceu 6,6% em relação a junho, passando de 66,7 pontos para 69,3 pontos, segundo os dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), antecipados à Coluna.

Menos nuvens. A melhora foi puxada pelas expectativas mais favoráveis nos próximos meses. O subíndice de Expectativas do Empresário do Comércio teve crescimento recorde de 21,1%, para 106,4 pontos, com avanços nas perspectivas para a economia (+25,1%), para o setor de comércio (+19,8%) e para a própria empresa (+19,1%).

Mais ainda pessimista. O resultado positivo sucede quatro meses seguidos de perdas de confiança. Em junho, o indicador desceu ao patamar mais baixo da série histórica iniciada em 2011. Apesar da melhora em julho, o índice continua abaixo dos 100 pontos, na zona de pessimismo, além de estar 59 pontos aquém do nível pré-crise. A pesquisa completa será divulgada pela CNC nesta quinta-feira, 16, a partir das 10h30.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 16/07/2020

TARCÍSIO DE FREITAS DIZ QUE CRISE NÃO VAI SALVAR CONCESSÕES QUE SEGUIAM PARA CADUCIDADE

Contudo, ministro da Infraestrutura disse que já executou 70% do orçamento até junho e entregou 36 obras públicas, além de três outros projetos com o setor privado

Por Anne Warth, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA – O ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, disse que o governo já começou a calcular os valores a que concessionárias do setor terão direito em processos de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos devido à queda da demanda associada à pandemia do novo coronavírus. Ele ressaltou, porém, que o governo vai levantar problemas pré-existentes para evitar que empresas possam usar a crise como forma de se salvarem. “A crise não pode ser usada para sanar problemas pré-existentes, de empresas que caminhavam para caducidade ou relicitação”, afirmou, em live da XP.

Sobre o setor aeroportuário, o ministro mencionou a Medida Provisória 925, de socorro ao setor aeroportuário, aprovada hoje pelo Senado - que permitiu a postergação do pagamento das outorgas para garantir caixa às empresas. Ele admitiu que os efeitos da pandemia, nesse caso, foram relevantes. “Para aeroportos está muito clara a necessidade, já temos valores previamente calculados”, afirmou.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/0/5/1594862817250.jpg>

Ministro disse que já executou 70% do orçamento até junho. Foto: Marcos Corrêa/PR

Questionado sobre medidas para evitar altas nas passagens aéreas, Tarcísio disse ainda que o mais importante é preservar a quantidade de assentos. Segundo ele, em momentos anteriores em que empresas quebraram, houve uma alta imediata, mas os preços se acomodaram depois que as rotas foram assumidas por concorrentes. “É preciso manter as empresas operando, ou seja, manter assentos disponíveis. Isso garante preços”, afirmou. “O que vai garantir preço barato é mais competição.”

Ele ressaltou ainda que o governo propôs a eliminação do adicional das tarifas de embarque internacionais, que, na avaliação dele, impedia a entrada de empresas low cost (baixo custo), e também da indenização extrapatrimonial para passageiros que não conseguissem voar por falta de teto. “O Brasil era o único País que tinha isso”, disse, ressaltando que essa possibilidade embutia preços mais altos.

O ministro disse que a pasta já executou 70% do orçamento até junho e entregou 36 obras públicas e três projetos de parcerias com o setor privado. Em agosto, segundo ele, estão previstos três leilões de terminais portuários. Tarcísio disse que há hoje 40 projetos em análise no Tribunal de Contas da União (TCU), que devem gerar R\$ 44 bilhões em investimentos.

Até o fim do ano, o ministro prevê ainda leiloar mais arrendamentos portuários, além de duas rodovias e uma ferrovia. Para 2021, estão previstos os leilões da Nova Dutra, dois terminais de líquidos no Porto de Santos e 22 aeroportos. Segundo ele, o governo vai mitigar o risco de demanda nos aeroportos e acabar com a exigência de operador aeroportuário nos consórcios interessados, na tentativa de atrair fundos de investimentos.

Pandemia

Para ele, a pandemia é o momento para aprovar reformas estruturais, como marcos regulatórios na área de gás, ferrovias, licenciamento ambiental, petróleo, licitações, cabotagem e debêntures. “Temos que aproveitar a orientação pró-business dos presidentes das Casas (Câmara e Senado) e a disposição dos parlamentares para votar”, afirmou.

Tarcísio disse que os projetos de infraestrutura no Brasil podem conferir retornos entre 8% e 12% ao ano. “Isso não existe em lugar nenhum do mundo, só aqui”, afirmou. Ele ressaltou que o País tem tradição de respeito a contratos e que operadores eficientes podem ampliar essas margens. “Quem vai querer ficar de fora da Nova Dutra, do Porto de Santos, das rodovias do Paraná? Temos também ativos na área mineral e no agronegócio, que vão crescer a taxas largas”, disse.

O ministro disse que o governo descarta desistir do teto de gastos. “Não é intenção do governo mexer no teto”, afirmou, repetindo discurso do ministro da Economia, Paulo Guedes.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 16/07/2020

Valor ECONÔMICO

Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

PORTO DO AÇU COMEÇARÁ A RECEBER CARGAS DE ADUBO

Primeiro navio, para a Fertipar Sudeste, chegará em setembro

Por Marina Salles — De São Paulo 16/07/2020



[https://s2.glbimg.com/KzimT5g6bquYE2kyuWCkuLyd-QA=/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/d/o/8Q9AV8QUOpFb5mOYQzaQ/foto16agr-101-porto-b9.jpg](https://s2.glbimg.com/KzimT5g6bquYE2kyuWCkuLyd-QA=/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/d/o/8Q9AV8QUOpFb5mOYQzaQ/foto16agr-101-porto-b9.jpg)

Expectativa é que, em um ano, sejam movimentadas cerca de 150 mil toneladas — Foto: Divulgação

O porto privado do Açú, que desde 2014 movimenta cargas petrolíferas e minerais em São João da Barra (RJ) e recebe por ano 2,5 mil navios, entrará agora no segmento de fertilizantes. O primeiro navio a ancorar no porto com carga do gênero chegará em setembro com 20 mil toneladas de cloreto de potássio (KCL) destinadas à Fertipar Sudeste, do Grupo

Fertipar, que firmou acordo com a Porto do Açú Operações.

Dada a largada, a expectativa é que, ao final de um ano, tenham sido movimentadas pelo terminal multicargas de Açú 150 mil toneladas de adubos. Este terminal tem área alfandegada de 182 mil metros quadrados e cais de 500 metros.

João Braz, diretor de Terminais e Logística da Porto do Açú Operações, afirma que a proximidade geográfica com o sul de Minas Gerais e o oeste do Espírito - onde se produz sobretudo café - foi o que despertou o interesse da operadora pelo agronegócio - “setor que sempre vimos com bons olhos pelo seu franco crescimento”.

Para dar início ao que Braz chamou de “uma primeira fase de investimentos”, foram entregues dois galpões cobertos por lona com área de 6 mil metros quadrados e capacidade para armazenar até 25 mil toneladas de fertilizantes, que devem ter a área triplicada em até dois anos.

Na entressafra, a estrutura também poderá servir para estocar e movimentar outros produtos, como granéis minerais. Mas agora uma oportunidade que se mostra viável é a armazenagem de açúcar ensacado, fruto de uma alta demanda, que gerou filas extensas em outros portos.

Para Rodolfo Kieser, superintendente da Fertipar Sudeste, a possibilidade de trabalhar com mais uma alternativa para internalizar fertilizantes é importante porque o Brasil importa aproximadamente 80% do que consome e a movimentação é sazonal.

Segundo Kieser, as operações da Fertipar Sudeste atualmente estão concentradas no porto capixaba de Vitória (70%), sendo o restante dividido entre Santos (SP) e Paranaguá (PR). Em relação ao custo do fertilizante da companhia, ele conta que as operações logísticas respondem por 15% do preço dos produtos.

A partir de Açú, a empresa enviará matérias primas para as unidades de adubos que mantém em Varginha (MG) e Martins Soares (MG) usando vias rodoviárias. Integrante do Grupo Fertipar, que tem 12 empresas, a Fertipar Sudeste é a que opera com maior ênfase em café - 60% das suas vendas são para esse mercado.

Além do projeto de fertilizantes, o Porto de Açú começou a oferecer em julho um serviço de carregamento de contêineres de café e algodão por comboio oceânico vindo de portos do Rio de Janeiro, em parceria com a companhia de navegação Norsul. No futuro, João Braz não descarta que o porto possa operar também com grãos da região de Goiás, a partir da estrada de ferro EF-118, que deve ser operacionalizada até o fim desta década.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 16/07/2020

VETOS DE BOLSONARO AO MARCO DO SANEAMENTO IRRITAM PARLAMENTARES

Governo estima que R\$ 100 bi em investimentos aguardam apenas a sanção e devem entrar no país imediatamente

Por Renan Truffi e Fabio Murakawa — De Brasília 16/07/2020



[https://s2.glbimg.com/JxYkymna3tO8psKc2Svajwc2Krl=/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2cae4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/C/2/Uz8IYO TPmV7FvHE0Zatg/foto16bra-101-dfsanea-a8.jpg](https://s2.glbimg.com/JxYkymna3tO8psKc2Svajwc2Krl=/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2cae4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/C/2/Uz8IYO TPmV7FvHE0Zatg/foto16bra-101-dfsanea-a8.jpg)

O ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho: primeiro leilão está previsto para setembro, em Alagoas — Foto: Denio Simoes/Valor

O governo Jair Bolsonaro sancionou ontem o marco legal do saneamento, que promove uma abertura do setor à iniciativa privada e estabelece metas para a universalização do serviço. A expectativa do governo é que a nova legislação abra caminho para investimentos da ordem de R\$ 800 bilhões.

Desse total, pelo menos R\$ 100 bilhões já estariam aguardando a sanção da medida.

Os vetos do presidente à medida irritaram, no entanto, os parlamentares, que prometem derrubar parte deles na sessão do Congresso Nacional.

A sanção do marco legal foi celebrada, principalmente, por integrantes da equipe econômica. O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que as novas regras vão destravar a “primeira onda de investimentos” no Brasil. “Esperamos que haja investimentos de R\$ 700 bilhões a R\$ 800 bilhões nos próximos anos no setor [do saneamento]. São milhões de brasileiros sem acesso a esgoto e 35 milhões que não tem água limpa para lavar as mãos. Isso destrava a primeira grande onda de investimentos. Primeiro saneamento, [depois] gás natural, petróleo”, disse.

Já o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, adiantou que o primeiro leilão do setor está previsto para setembro, em Alagoas. Rio de Janeiro e São Paulo também estariam aguardando a mudança na legislação.

Apesar de a aprovação da matéria ter sido fruto de um acordo entre governo e o Congresso, sua sanção não foi tão bem recebida pelos parlamentares. Isso porque o presidente decidiu vetar 11 dispositivos do texto e não apenas os três que haviam sido acordados.

Mas o veto que causou mais repercussão negativa foi o que revoga o artigo 16, que prevê que os contratos de programa vigentes poderão ser reconhecidos, formalizados ou renovados mediante acordo entre as partes, até 31 de março de 2022, com prazo máximo de vigência de 30 anos. O dispositivo em questão ajudou a reverter a resistência de algumas bancadas, que eram contra o teor da proposta de maneira geral, mas teriam aceitado votar favoravelmente por conta da segurança que o item proporciona às companhias estaduais.

Esse item dava às prefeituras uma janela até 2022 para que estas pudessem prorrogar por até 30 anos seus atuais contratos de programa, muitas vezes firmados sem licitação, com companhias estaduais de água e esgoto. Seria uma “saída” para que os Estados não precisassem vender suas empresas “à preço de banana” num momento de pandemia. “Eu votei a favor [do marco] exatamente por esse acordo, senão votaria contra. Eu poderia ter levantado uma bandeira e derrubar esse marco regulatório. O governo não pode fazer um acordo dessa natureza e depois descumprir-lo”, criticou o líder do PSD no Senado, Otto Alencar (BA).

Com esse veto, o governo acaba empurrando os Estados para uma concessão ou privatização mais rápida, sem um período de transição. “Cai a possibilidade de se renovar contratos com vigência expirada e também contratos de programa de maneira geral. Neste caso, não podem ser celebrados novos contrato de programas. Os que estão em vigor só permanecem em vigor pelos prazos previstos nele, mas sem a chance de renovação por novos períodos”, explicou a advogada Ana Cândida de Mello Carvalho, do escritório BMA (Barbosa, Müssnich, Aragão), que atua nas áreas de infraestrutura, regulação e assuntos governamentais.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), reagiu. Ele defendeu que o governo tem que cumprir o que prometeu e afirmou que o Congresso pode “dar uma resposta” ao Executivo derrubando esse veto na sessão do Congresso. “O que é combinado não é caro nem barato. A gente precisa respeitar os entendimentos e construir o que é acordado. Não se pode fazer um entendimento e não cumprir o entendimento. Se não houve por parte do governo a eficácia do entendimento ou se houve um lapso do governo, a gente tem como corrigir e dar a resposta sobre o que foi construído na sessão do Congresso”, rebateu.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 16/07/2020

EUA AMEAÇAM CORTAR O ACESSO DOS BANCOS CHINESES A DÓLARES

Perspectiva de perder o acesso à moeda de reserva internacional é uma ameaça potente

Por Nikkei Asian Review — Washington 16/07/2020

Os bancos chineses, vistos como cúmplices no aperto de Pequim em Hong Kong, estão sob risco de serem cortados de grande parte do sistema financeiro global sob amplas sanções que fazem parte da legislação americana recentemente promulgada.

A Lei de Autonomia de Hong Kong, assinada terça-feira pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, estabelece medidas punitivas contra credores que negociam com funcionários sancionados, incluindo proibições de receber empréstimos de bancos americanos, participar de transações bancárias e em moeda estrangeira e investir em ações ou títulos de dívida. O governo também pode congelar os ativos de instituições designadas ou restringir as exportações para eles.

Embora as sanções não se limitem especificamente às instituições chinesas, a lei foi elaborada tendo em mente bancos como o Banco da China (BoC), o Banco Industrial e Comercial da China e o Banco da Construção da China.

A economia da China "no futuro próximo dependerá das transações em dólares dos EUA", disse em maio o senador republicano Pat Toomey, copatrocinador da legislação, em maio, quando o projeto foi apresentado. "Quando os interesses comerciais e financeiros perceberem que essa é uma ferramenta que pode ser implantada, acho que haverá um novo nível de pressão sobre o governo", afirmou.

A perspectiva de perder o acesso à moeda de reserva internacional é uma ameaça potente. Os quatro maiores bancos estatais da China detinham cerca de US\$ 1,1 trilhão em passivos denominados em dólares no fim de 2019, de acordo com a Bloomberg Intelligence. Essas instituições não apenas lidam com transações comerciais para empresas chinesas, mas também servem como fontes de financiamento para a iniciativa de infraestrutura Belt and Road de Pequim.

"Na pior das hipóteses, as empresas chinesas que fazem negócios no exterior podem ficar impossibilitadas de transferir dólares dos EUA", disse Takahide Kiuchi, economista executivo do Nomura Research Institute. "O comércio chinês seria naturalmente diminuído."

"Talvez seja por isso que a China esteja pressionando tanto pela internacionalização do yuan digital", disse Kiuchi.

Os EUA têm dois grandes sistemas de liquidação em dólar, centrados no Federal Reserve (Fed, banco central americano) e Wall Street, que juntos lidam com trilhões de dólares em pagamentos por dia. O bloqueio dos principais bancos chineses rapidamente comprimiria a oferta de dólares.

As sanções podem vir a ser um trunfo que é poderoso demais para jogar.

Em 2017, Washington bloqueou o Banco de Dandong da China das redes financeiras americanas por violações de sanções contra a Coreia do Norte. Mas cortar grandes instituições chinesas desestabilizaria o sistema bancário da China e poderia abalar o próprio sistema financeiro internacional, disse uma autoridade do Departamento do Tesouro dos EUA.

E os riscos potenciais para bancos nos EUA, Japão e Europa acrescentam mais incertezas. Como a nova lei de segurança da China para Hong Kong proíbe "conluio com um país estrangeiro ou elementos externos", as instituições financeiras que agem para evitar as sanções dos EUA podem ser atingidas com medidas de retaliação por Pequim.

Os bancos multinacionais que operam em Hong Kong começaram a escanear suas listas de clientes para identificar possíveis riscos de sanções sob a nova legislação dos EUA. A lei prevê um período de carência de até um ano antes que as sanções sejam impostas, dando aos bancos a oportunidade de cortar relacionamentos problemáticos.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 16/07/2020

EAS BUSCA DIVERSIFICAÇÃO PARA VOLTAR A GERAR RECEITA

EAS busca diversificação para voltar a gerar receita Em recuperação judicial desde janeiro, o estaleiro tenta reestruturar R\$ 1,3 bilhão em dívidas

Por Taís Hirata — De São Paulo 16/07/2020

Há um ano sem operação, o Estaleiro Atlântico Sul (EAS), controlado pela Camargo Corrêa e pela Queiroz Galvão, planeja diversificar suas atividades, em uma tentativa de voltar a gerar receita e convencer seus credores de que é capaz de reestruturar sua dívida de R\$ 1,3 bilhão.

A empresa, localizada no complexo portuário de Suape (PE), está em recuperação judicial desde janeiro.

O último navio construído no estaleiro foi entregue à Transpetro em junho de 2019. Desde então, o grupo vem buscando se adaptar à nova realidade da indústria, afirmou ao Valor a presidente, Nicole Terpins.

“Somos donos de um estaleiro de última geração, que foi fruto de investimentos de R\$ 4 bilhões, em um terreno de 1,6 milhão de metros quadrados, em uma localização privilegiada. Isso nos coloca em posição favorável para desenvolver novas oportunidades”, diz a executiva.

Hoje, o grupo prepara sua entrada no mercado de desativação de plataformas de petróleo - um setor com potencial para gerar até R\$ 26 bilhões de investimentos nos próximos cinco anos, segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP). O chamado descomissionamento das plataformas envolve uma série de processos, desde a limpeza de equipamentos até a remoção de estruturas.

A ideia do EAS é oferecer o serviço completo, segundo Nicole. Para isso, a empresa já começou a tirar licenças - por exemplo, para fazer a retirada do Coral Sol, um predador natural que se aloja nas plataformas de petróleo.

Além disso, o estaleiro deverá abrigar uma unidade de tratamento de resíduos radioativos - esse material, que é de origem natural, costuma ser encontrado nas plataformas. A empresa firmou recentemente um memorando de entendimentos com a Lince, companhia especializada nesse serviço, para a construção de uma unidade de tratamento nas instalações do EAS.

Ao mesmo tempo, o grupo também prospecta novos negócios na construção de torres eólicas, no arrendamento de áreas para projetos de infraestrutura - possivelmente, um terminal portuário -, além da retomada das atividades de construção e reparo de embarcações.

Em maio, o estaleiro tinha 12 potenciais contratos em consulta, com valor somado de R\$ 615,3 milhões, segundo relatório da administradora judicial Medeiros & Medeiros.

A pandemia travou o avanço de algumas das negociações, segundo a presidente. Para ela, porém, o impacto negativo será de curto prazo. A avaliação é que a crise no setor de petróleo poderá fomentar a desativação de plataformas que já estão na fim de sua vida útil. “Em geral, há

um esforço para prolongar a operação, mas o cenário atual pode estimular o descomissionamento”, diz.

Em paralelo à reestruturação das atividades, o EAS tenta renegociar suas dívidas com os credores. Em abril, o grupo, que é assessorado pelo escritório E.Munhoz Advogados e pela RK Partners, apresentou seu primeiro plano de recuperação judicial.

A proposta, em linhas gerais, é quitar seus créditos em um prazo de até 35 anos, sem previsão inicial de descontos.

O valor total da dívida do EAS é de R\$ 2,3 bilhões, mas cerca de R\$ 1 bilhão desse total são de partes relacionadas, como subsidiárias do grupo ou acionistas. Do R\$ 1,3 bilhão restante, o BNDES é de longe o principal credor, com um crédito de R\$ 930 milhões.

A ideia, a princípio, é que o pagamento seja feito com os recursos que virão a partir da retomada das atividades. Fontes próximas ao grupo, porém, afirmam que também está em discussão a venda de ativos para garantir os pagamentos. Um novo plano de recuperação, incorporando as negociações com os credores, ainda deverá ser apresentado.

Pelo cronograma incluído no relatório da administradora judicial, a previsão é que a primeira assembleia de credores, que irá deliberar se aceita ou não o plano, será feita em setembro.

Procurado, o banco de fomento não quis comentar.

O Estaleiro Atlântico Sul foi criado em 2005 e se tornou um símbolo da política federal de estímulo à indústria naval brasileira durante os governos petistas.

Os acionistas investiram, à época, R\$ 4 bilhões no empreendimento, além de outros R\$ 2 bilhões, que foram contraídos em financiamentos. As cifras bilionárias condiziam com a expectativa de receita, já que o estaleiro tinha contratos vultosos para fornecer navios à Transpetro e sondas de exploração de petróleo à Sete Brasil.

A partir de 2014, porém, essas expectativas ruíram, em meio à crise econômica do país e, principalmente, à derrocada da Petrobras. As empresas estatais passaram a reduzir seus pedidos e suspender pagamentos, gerando um verdadeiro rombo à EAS, que viu sua expectativa de receitas despencar. O grupo não foi o único afetado pela crise: além dele, os estaleiros Enseada, da Odebrecht, e o Ecovix, da Engevix, também tiveram que entrar em recuperação judicial.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 16/07/2020

INVESTIMENTO DO PRÓ BRASIL NÃO MUDA EM NADA O TETO DE GASTOS, DIZ TARCÍSIO

“Esse pilar vai se manter para o ano que vem”, disse o ministro da Infraestrutura no Expert XP 2020

Por Rafael Bitencourt, Valor — Brasília



[https://s2.glbimg.com/ai8RrzY6NJOcN_qKc5BNgxeVxA8=/0x0:3840x2550/924x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2019/f/D/2BEtAsShWtsENk4YohbQ/190927leilaorodovias816.jpg](https://s2.glbimg.com/ai8RrzY6NJOcN_qKc5BNgxeVxA8=/0x0:3840x2550/924x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2019/f/D/2BEtAsShWtsENk4YohbQ/190927leilaorodovias816.jpg)

Foto : Claudio Belli/Valor

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, disse nesta quarta-feira (15) que os investimentos previstos no programa Pró Brasil “não mudam em nada” o cumprimento dos limite de despesa do orçamento público definido pela

emenda constitucional do teto de gastos. “Esse pilar vai se manter para o ano que vem”, disse ele no Expert XP 2020.

Freitas explicou que o teto de gastos é um dos pilares da política fiscal do governo. Segundo o ministro, os investimentos públicos serão trabalhados no “campo da prioridade” e, portanto, não há interesse em apresentar nova proposta de emenda constitucional para alterar a regra.

Ele reforçou que as reformas estruturantes, que incluiu a da Previdência e o próprio congelamento de gastos públicos, estão sendo importantes para afastar a percepção de solvência da economia brasileira. Tais medidas, disse, têm permitido que o país alcance os menores níveis de taxa de juros.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 16/07/2020



G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DO GLOBO

PETROBRAS CONCLUI A VENDA DE DOIS CAMPOS TERRESTRES DE EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NO OESTE POTIGUAR

Campos de Ponta de Mel e Redonda, em Areia Branca, foram vendidos por US\$ 7,2 milhões à Central Resources do Brasil Produção de Petróleo Ltda.

Por G1 RN



[https://s2.glbimg.com/nGPI9vB3yxe7f4rb6E5hkZzxBb0=/0x0:2398x1864/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_59edd422c0c84a879bd37670ae4f538a/internal_photos/bs/2020/S/k/TA3LBxTMGjnwXP12Y4iw/conteudo5600.jpg](https://s2.glbimg.com/nGPI9vB3yxe7f4rb6E5hkZzxBb0=/0x0:2398x1864/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_59edd422c0c84a879bd37670ae4f538a/internal_photos/bs/2020/S/k/TA3LBxTMGjnwXP12Y4iw/conteudo5600.jpg)

Campo de exploração de petróleo no RN (Arquivo) — Foto: Getúlio Moura/Petrobras/Divulgação

A Petrobras anunciou nesta quinta-feira (16) que finalizou a venda da totalidade da sua participação em dois campos de produção terrestres (Ponta do Mel e Redonda), localizados na Bacia Potiguar, no Rio Grande do Norte. A venda foi para a Central Resources do Brasil Produção de Petróleo Ltda.

"Após o cumprimento de todas as condições precedentes e considerando outras condições posteriormente acordadas, a operação foi concluída totalizando US\$ 7,2 milhões para a Petrobras, com pagamento a ser realizado ao longo de 18 meses", disse a empresa no comunicado.

Os campos de Ponta de Mel e Redonda estão localizados no município de Areia Branca, na região Oeste do estado. Segundo a própria Petrobras, a produção média de petróleo dos campos, no primeiro semestre de 2020, foi de cerca de 493 bbl/dia.

A empresa Central Resources já detinha direitos decorrentes dos contratos de prestação de serviços para exploração de petróleo com cláusula de risco, vinculados aos campos, assinados com a Petrobras no ano de 1982.

Esse é mais um passo da "estratégia de otimização de portfólio e à melhoria de alocação do capital da companhia", segundo a Petrobras. A empresa está vendendo ativos para passar a concentrar seus recursos em águas profundas e ultra-profundas,, no sudeste do país, onde "tem demonstrado grande diferencial competitivo ao longo dos anos".

Há uma semana, a empresa também informou que assinou contrato de venda de sua participação em três campos de exploração de petróleo em águas rasas no Rio Grande do Norte. Os campos de Pescada, Arabaiana e Dentão, localizados no Polo Pescada

Em dezembro de 2019, a Petrobras concluiu a venda de toda a sua participação em 34 campos de produção terrestre de petróleo do polo Riacho da Forquilha à empresa Potiguar E&P S.A, subsidiária da Petroreconcavo S.A dentro do seu plano de desinvestimento.

Fonte : G1 – O Portal de Notícias do Globo

Data : 16/07/2020

PETROBRAS CONCLUI VENDA DE PARTICIPAÇÃO NOS POLOS PAMPO E ENCHOVA À TRIDENT ENERGY

Segundo fato relevante divulgado pela companhia, a operação foi concluída com o pagamento de US\$ 365,4 milhões.

Por Reuters – G1

A Petrobras anunciou nesta quarta-feira (15) a conclusão da venda de sua participação nos dez campos que compõem os Polos Pampo e Enchova para a Trident Energy do Brasil.

Segundo fato relevante divulgado pela companhia, a operação foi concluída com o pagamento de US\$ 365,4 milhões para a Petrobras, após o cumprimento de todas as condições precedentes, e considerando ajustes previstos no contrato.

A operação ainda prevê o pagamento contingente de um valor adicional de US\$ 650 milhões, incluindo US\$ 200 milhões divulgados em julho de 2019.

"O valor recebido no fechamento da transação se soma ao montante de US\$ 53,2 milhões pagos à Petrobras na assinatura dos contratos de venda, totalizando US\$ 418,6 milhões", destacou a companhia no comunicado.

Os chamados Polos Pampo e Enchova estão localizados em águas rasas na Bacia de Campos, no litoral do Rio de Janeiro, e englobam os campos de Enchova, Enchova Oeste, Marimbá, Piraúna, Bicudo, Bonito, Pampo, Trilha, Linguado e Badejo.

A produção total de óleo e gás desses campos, de abril a junho de 2020, foi de cerca de 22 mil barris de óleo equivalente por dia, através das plataformas PPM-1, PCE-1, P-8 e P-65.

"Com essa transação, a Trident passará a ser a operadora dessas concessões com 100% de participação nas mesmas", disse a Petrobras.

Segundo a estatal, a venda dá sequência à estratégia de otimização de portfólio e à melhoria de alocação do capital da companhia, passando a concentrar cada vez mais os seus recursos em águas profundas e ultra-profundas.

Fonte : G1 – O Portal de Notícias do Globo

Data : 16/07/2020

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

BASE DE SUBMARINOS DA MARINHA SERÁ ATIVADA NESTA SEXTA-FEIRA (17)

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 16/07/2020 - 12:28



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200716-base-naval-itagua-i-divulgacao-marinha.jpg>

Divulgação MB

Base naval, localizada no Complexo Naval de Itaguaí, é importante para sequência do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub)

A Marinha do Brasil realiza, nesta sexta-feira (17), a cerimônia de ativação da Base de Submarinos da Ilha da Madeira (BSIM). A base naval, localizada no Complexo Naval de Itaguaí, região

metropolitana do Rio de Janeiro, é importante para sequência do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), que visa a produção de quatro submarinos convencionais e do primeiro submarino brasileiro com propulsão nuclear. Considerada a base naval mais moderna da força naval, a BSIM terá o propósito de contribuir para o preparação dos meios navais, prioritariamente dos submarinos e prestar apoio logístico às organizações militares apoiadas.

A base tem como vocação prover facilidades de atracação, infraestrutura e apoio administrativo aos navios subordinados ao comando da força de submarinos; segurança de áreas e instalações do complexo naval de Itaguaí, incluindo os perímetros marítimo, terrestre e áreas comuns, em coordenação com as demais organizações marítimas e empresas sediadas no complexo, além de oferecer apoio básico de saúde. De acordo com a Marinha, a ativação da BSIM representa um importante marco no processo construtivo do Prosub em que fortalece as plantas industriais, eleva o patamar tecnológico e faz da base industrial de defesa um vetor de inovação, incorporação tecnológica e expansão da indústria, comprovando a qualificação profissional e industrial instaladas no Brasil.

A Marinha ressaltou que, tendo como foco o apoio às organizações militares instaladas em Itaguaí, a BSIM demanda recursos humanos qualificados e infraestrutura específica. Segundo a força naval, a estrutura se destaca por seus elevados níveis de automação. A base compreende ainda uma complexa infraestrutura de rede de dados e centros de controle que permite automatizar tarefas como a geração e distribuição de utilidades (água, óleo, energia elétrica), o controle de maquinário, a detecção e combate a incêndio, a segurança física das instalações e a proteção ambiental. Os usuários contam com modernos recursos de tecnologia da informação e comunicação para o desempenho de suas tarefas, inseridos na robusta infraestrutura de segurança da informação da força naval.

Serviço:

Cerimônia de ativação da Base de Submarinos da Ilha da Madeira (BSIM), em Itaguaí

Data: 17 de julho de 2020

Horário: 10h30

Transmissão: <http://www.youtube.com/marinhaoficial>

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/07/2020

ACORDO ENTRE PRATICAGEM-SP E ABAC ESTABILIZA PREÇOS POR 5 ANOS

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 16/07/2020 - 11:51



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200716-praticagem-sao-paulo.jpg>

Arquivo/Divulgação Praticagem-SP

Segundo a praticagem local, há mais de 15 anos não havia acordo formal firmado com os armadores de cabotagem

A Praticagem de São Paulo e a Associação Brasileira de Armadores de Cabotagem (Abac) assinaram acordo

para que valores, serviços e condições de praticagem vigorem por cinco anos sem reajustes, apenas corrigidos monetariamente. A praticagem local afirma que resolveu abrir mão de parte da receita, com descontos nas operações em cima dos preços que eram praticados anteriormente a fim de incentivar a navegação de cabotagem. O acordo com as associadas Abac compreende Aliança, Flumar, Hidrovias do Brasil, Mercosul-Line e empresas dos grupos Log-In e Norsul. A cabotagem transporta cargas nos segmentos de contêineres, granéis sólidos, granéis líquidos e carga geral.

“Nesse momento em que o governo está fomentando e atribuindo maior importância à navegação de cabotagem e enviou para o congresso o projeto da BR do Mar, e o próprio Senado apresentou um projeto liderado pela senadora Kátia Abreu, fazer esse acordo é uma forma de mostrar nosso apoio”, disse o presidente da Praticagem de São Paulo, Carlos Alberto de Souza Filho. Ele acredita que o acordo por cinco anos proporcionará maior previsibilidade e segurança jurídica. Segundo Souza Filho, há mais de 15 anos não havia acordo formal firmado entre a Praticagem de Santos e os armadores de cabotagem. “Estamos dando a nossa contribuição em prol desse esforço nacional de fomentar a cabotagem, principalmente nesse momento de pandemia”, acrescentou.

A Praticagem de São Paulo atua nos portos de Santos e São Sebastião, com 62 práticos que trabalham em escala, todos com conhecimento profundo da região. A Praticagem de Santos é a que atende o maior fluxo de navios desse modal no Brasil. De acordo com a praticagem local, 53% das manobras são realizadas pelos práticos no período noturno e que a questão da segurança é sempre prioridade. A praticagem local tem estrutura com equipamentos e média de 32 manobras diárias, conseguindo atender até 80 manobras por dia. “A probabilidade de acontecer um acidente por erro do práctico em manobras no país é de 0,002%, similar aos Estados Unidos, segundo levantamento da Associação Internacional de Clubes de Proteção Mútua dos Armadores (International Group of P&I Clubs, em inglês). Pertencemos ao primeiro mundo nessa questão”, afirmou o presidente da praticagem-SP.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/07/2020

CATTALINI TERMINAIS MARÍTIMOS AMPLIA CAPACIDADE DE ARMAZENAGEM NO PORTO DE PARANAGUÁ

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 15/07/2020 - 22:04



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200715-tanque-catalini-terminais-maritimos-porto-de-paranagua.jpg>

A Cattalini Terminais Marítimos ampliou em mais de 93 mil m³ a sua capacidade de armazenagem de graneis líquidos no Porto de Paranaguá. A marca foi alcançada com a construção de 17 novos tanques localizados no novo Centro de Tancagem (CT-4B) da empresa.

O chamado CT-4B conta com modernas plataformas para carregamento de caminhões bi-trem e recebimento de cargas por dutos integrados aos demais Centro de Tancagens. A expansão possui também equipamentos de prevenção e atendimento a emergências, semelhantes aos já instalados nos demais centros de tancagem, cumprindo as mais rigorosas normas de segurança.

Com a expansão, a empresa portuária passa a oferecer aos seus clientes um total de 133 tanques e 610 mil m³ para armazenagem de diversos produtos, distribuídos em quatro Centros de Tancagens alfandegados e entrepostados.

“Essa expansão reflete nossa visão de sempre se antecipar à necessidade de infraestrutura portuária pelo mercado, fortalecendo assim as parcerias estratégicas estabelecidas com nossos clientes. Para atender ao crescimento das operações, contratamos mais colaboradores e

preparamos nossa estrutura para atender às demandas, com respeito à segurança e ao meio ambiente, além da conformidade às normas internacionais para o setor.”, considerou o Diretor-Presidente da Cattalini Terminais, José Paulo Fernandes.

A meta da empresa é movimentar 4,4 milhões de toneladas em 2020, um aumento de quase 16% em relação a 2019. O crescimento deverá ocorrer, principalmente, pelo aumento das exportações de óleo vegetal.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/07/2020

DÉFICIT NA IMPORTAÇÃO DE QUÍMICOS NÃO RECUA E SOMA US\$ 14 BI EM SEMESTRE MARCADO PELA PANDEMIA

Da Redação ECONOMIA 15/07/2020 - 22:03

Quantidades de produtos químicos importados são recorde em meio aos desafios para retomada econômica

As importações brasileiras de produtos químicos no primeiro semestre do ano totalizaram US\$ 19,6 bilhões, redução de 4,1% em relação ao igual período de 2019. Em uma avaliação mensal, apesar da instabilidade econômica no primeiro bimestre e da calamidade pública deflagrada desde março com a pandemia da Covid-19, o valor importado foi superior a US\$ 3 bilhões em todos os meses do primeiro semestre.

As exportações brasileiras de produtos químicos, por sua vez, somaram no período US\$ 5,6 bilhões, redução de 11,7% em relação aos mesmos meses do ano anterior, sendo que a redução da alíquota do Reintegra, em junho de 2018, dos anteriores 2% para ínfimos 0,1%, continua causando grande impacto no desempenho exportador do setor. Desde então, o patamar mensal de exportações se estagnou em US\$ 1 bilhão; enquanto, anteriormente à medida, oscilava entre US\$ 1,2 e US\$ 1,4 bilhão mensais.

Em termos de quantidades transacionadas, as movimentações de produtos químicos foram recorde tanto com as importações de 22,9 milhões de toneladas quanto com as exportações de 7,7 milhões de toneladas, respectivamente aumentos de 11,6% e de 16,4% em relação aos maiores registros anteriores.

O déficit acumulado da balança comercial de produtos químicos atingiu US\$ 14 bilhões no primeiro semestre deste ano, um modesto recuo de 0,7% comparado com o mesmo período de 2019. Nos últimos 12 meses (jul/19 a jun/20), mesmo com os graves desafios do enfrentamento da pandemia da Covid-19, esse indicador totalizou US\$ 31,6 bilhões, montante somente inferior aos US\$ 32 bilhões de 2013.

Para o presidente-executivo da Abiquim, Ciro Marino, é imperativo que as agendas de competitividade, com foco no curto prazo, e estruturantes, de médio e longo prazos, imediatamente ganhem velocidade para que o Brasil consiga superar os desafios impostos pela pandemia e viabilizar eficientemente a retomada segura da atividade econômica. “As políticas comerciais terão um papel central nesse momento em que várias economias, especialmente asiáticas, já apontam indicadores robustos de aceleração, com elevada disponibilidade de excedentes exportáveis. O sucesso do processo de retomada econômica nacional dependerá particularmente de uma abordagem técnica, pragmática, coesa e isenta em defesa comercial, disciplina com papel estratégico no sistema de garantias da segurança jurídica contra práticas desleais de comércio, às quais o País estará ainda mais exposto nessa ‘nova ordem global’ comercial, que já começa a ganhar contornos de como será o mundo pós-pandemia”, destaca Marino.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/07/2020

CONTRATOS SOB GESTÃO DA PPSA ARRECADARAM CERCA DE R\$ 4,5 BILHÕES EM PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS ATÉ MAIO

Da Redação OFFSHORE 15/07/2020 - 22:02



https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200715-Painel_Dashboard-14_7.png

Os contratos sob gestão da Pré-Sal Petróleo (PPSA) arrecadaram cerca de R\$ 4,5 bilhões em participações governamentais entre novembro de 2017, início da produção comercial em regime de partilha de produção, até maio de 2020. O número é resultado de um estudo inédito elaborado pela área de Planejamento Estratégico da empresa e considera a receita com a comercialização de petróleo e gás da União, os acordos financeiros realizados pela PPSA nas jazidas compartilhadas com participação da União, os royalties pagos pelos campos em produção em regime de partilha, e uma estimativa do imposto de renda e contribuição social recolhidos pelas empresas produtoras.

Dos R\$ 4,5 bilhões, R\$ 2,31 bilhões foram arrecadados diretamente pela PPSA, sendo R\$ 1,01 bilhão com a comercialização de petróleo e gás e R\$ 1,3 bilhão relativos à Equalização de Gastos e Volumes realizadas nos campos de Entorno de Sapinhoá, Sudoeste de Tartaruga Verde e Lula.

Os demais R\$ 2,19 bilhões são estimativas realizadas pelo estudo de valores pagos pelos consórcios de três dos 17 contratos que operam em regime de partilha de produção em royalties, imposto de renda e contribuição social.

A área de Desenvolvimento de Mero iniciou a produção em novembro de 2017 e até maio de 2020 produziu 27,6 milhões de barris de petróleo. Entorno de Sapinhoá iniciou a produção um ano depois e até então produziu 5,2 milhões de barris de petróleo e 106 milhões de metros cúbicos de gás. Já Sudoeste de Tartaruga Verde entrou em produção em dezembro de 2018, acumulando 6,4 milhões de barris de petróleo e 48 milhões de metros cúbicos de gás.

De acordo com os valores estimados pela PPSA a partir da produção bruta e dos preços de referência da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP), estes campos arrecadaram R\$ 1,33 bilhão em royalties e as empresas produtoras recolheram R\$ 868 milhões em imposto de renda e contribuição social.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/07/2020